

Paulo Henrique Borges da ROCHA¹
Alexandre Gustavo Melo Franco BAHIA²

Journal Law
n. 23 p. 71-94
jul 2015-jan 2016

SISTEMA POLÍTICO MUNICIPAL: UM ESTUDO SOBRE AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS EM DIVINÓPOLIS A PARTIR DE NIKLAS LUHMANN

MUNICIPALITY POLITICAL SYSTEM: A STUDY ON
LEGISLATIVE ELECTIONS IN DIVINÓPOLIS BASED
ON NIKLAS LUHMANN

SISTEMA POLÍTICO MUNICIPAL: UN ESTUDIO
SOBRE LAS ELECCIONES LEGISLATIVAS EN
DIVINÓPOLIS A PARTIR DE NIKLAS LUHMANN

SUMÁRIO:

Introdução; 1. O sistema político; 2. O problema da representatividade dos partidos políticos; 3. Sistema eleitoral; 4. Eleições municipais: comportamento do eleitorado; confirmação ou não das atuações políticas; 5. Conclusão; Referências.

RESUMO:

O artigo busca mostrar a falta de representatividade dos partidos políticos e a crise da democracia representativa no Brasil. Para isso, recorre à Teoria da Constituição – a relação de tensão entre democracia e constitucionalismo como elemento fundamental para um Estado Democrático de Direito – e à Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann – sobre o código próprio da política entre situação e oposição e essa relação com maioria e minoria. As constatações acerca das crises e as teorias apresentadas são aplicadas às eleições da Câmara dos Vereadores do Município de Divinópolis-MG, entre 1996-2012, para mostrar que o

Como citar este artigo:

ROCHA, Paulo.
BAHIA, Alexandre.
Sistema político
municipal: um
estudo sobre as
eleições legislativas em
Divinópolis a partir
de Niklas Luhmann.
Argumenta Journal
Law, Jacarezinho – PR,
Brasil, n. 23, p. 71-94.

Data da submissão:
30/06/2015

Data da aprovação:
14/12/2015

1 Faculdades Santo
Agostinho de Sete
Lagoas

2 Universidade Federal
de Ouro Preto e do
IBMEC-BH

pluripartidarismo ali existente não tem significado a pluralidade de ideias, mas uso das legendas sem compromisso com agendas políticas, o que pôde ser visto pelos dados sobre trocas de partidos entre os candidatos/eleitos e as variações a respeito de reeleições. Constata-se que as eleições não têm sido o reflexo daquilo que Luhmann descreve como processo de chancelamento ou recusa à validade de políticas partidárias.

ABSTRACT:

This work aims at highlighting the absence of representativeness and legitimacy of political parties and the crisis of representative democracy in Brazil. Thus it falls upon the Constitutional Theory – to show the tense relationship between democracy and constitutionalism as a fundamental element for the Democratic Rule of Law – and the Systems Theory by Niklas Luhmann - on the political binary code between situation and opposition and the relationship with majority and minority. The findings about those crises and theories were applied to the Divinópolis – MG Chamber of Aldermen city elections between 1996-2012, to show that the multiparty system that exists in that city has not meant the existence of plurality of ideas, but instead an use of political parties without any engagement with political agendas or programs, which can be seen by the data on political parties exchanges by candidates/elected and variations about reelections. It is observed that elections have not been the reflection of what Luhmann describes as the endorsement or refuse of the validity of party politics.

RESUMEN:

El artículo tiene el objetivo mostrar la falta de representatividad de los partidos políticos y la crisis de la democracia representativa en el Brasil. Para eso, recurre a la Teoría de la Constitución – la relación de tensión entre democracia y constitucionalismo como elemento fundamental para un Estado democrático de Derecho – y da Teoría de los Sistemas de Niklas Luhmann – sobre el código próprio de la política entre situación y oposición y esa relación con mayoría y minoría. Las constataciones sobre las crisis y las teorías presentadas son aplicadas a las elecciones de la Cámara de Concejales del Municipio de Divinópolis/MG, entre 1996-2012, para mostrar que el pluripartidismo allí existente no tiene significa-

do pluralidad de idea, pero uso de las leyendas sin compromiso con agendas políticas, el que puede ser visto con los dados de cambio de partidos entre los candidatos/electos y las variaciones a respecto de reelecciones. Se constata que las elecciones no és el reflejo de aquello que Luhmann describe como proceso de aprobación o recusa a validad de politicas partidárias.

PALAVRAS-CHAVE:

Partidos políticos, eleições, democracia representativa, teoria da constituição, Niklas Luhmann, Divinópolis.

KEYWORDS:

Political Parties. Elections. Representative Democracy. Constitutional Theory. Niklas Luhmann. Divinópolis.

PALABRAS CLAVE:

Partidos políticos; elecciones; democracia representativa; Teoría de la Constitución; Niklas Luhmann; Divinópolis.

INTRODUÇÃO

Os partidos políticos brasileiros estão sofrendo com falta de representatividade. Eles dificilmente são distinguidos uns dos outros. Uma das causas dessa “crise” é que eles não tomam partido, sempre recorrendo a propostas genéricas como saúde, educação e segurança pública, não enfrentando os temas fraturantes.

Luhmann (1980, p. 165–175) explica que o sistema político atua com o código situação/oposição, em que a situação é quem faz parte do Estado como maioria. Explica também que os partidos políticos surgiram no século XIX, pois a opinião pública começou a ter força social, sendo necessário integrar a opinião pública com o Estado. Assim, os partidos surgiram como acoplamento estrutural, fazendo com que as demandas sociais consideradas relevantes pela opinião pública pudessem ser levadas ao Estado, sendo tratadas através da comunicação do sistema político.

Bahia (2012, p. 101–125) alerta para o sentimento que o eleitorado brasileiro tem a respeito de seus partidos. Os brasileiros não se sentem, em sua maioria, representados pelos partidos políticos. Isso é um problema,

uma vez que no Brasil o sistema democrático adotado é o representativo. Por esse motivo, tal fenômeno deve ser estudado de forma aprofundada.

Luhmann explica que o processo eleitoral traz complexidade ao sistema político, é ele que possibilita ao sistema político incorporar as demandas da sociedade possibilitando tratá-las como demandas políticas. Nas eleições, os eleitores decidem se confirmam ou não as decisões tomadas pelos políticos que se encontram no poder. Se confirmarem, o político será reeleito.

Para verificar o alerta feito por Bahia, foi feito um levantamento sobre as eleições municipais de Divinópolis, Minas Gerais, sendo verificados os resultados das eleições de 1996 até 2012 e analisado somente o resultado dos vereadores.

No levantamento feito sobre as eleições municipais de Divinópolis, foi verificada a composição da câmara de vereadores por porcentagem conquistada por partido, além de verificada a porcentagem de reeleitos e a quantidade dos reeleitos que trocaram de partido entre uma eleição e outra.

Esse tipo de trabalho é importante por possibilitar visualizar como a sociedade está se comportando no pleito eleitoral. A política é a base de manifestação pública da sociedade, uma vez que são os políticos quem tomam decisões com consequência geral para todo o Estado Brasileiro. Se, como diz Luhmann, as eleições possibilitam aos cidadãos cancelarem ou recusarem validade às políticas (e à ausência das mesmas) dos vereadores, será que isso realmente se reflete nas eleições e reeleições naquele período? E as trocas de partidos pelos candidatos, de que forma isso enfraquece o sistema representativo?

1. O SISTEMA POLÍTICO

Niklas Luhmann (2005, p. 72–75) explica a sociedade a partir da Teoria dos Sistemas. Nessa teoria, os sistemas sociais como o direito, a política, a economia são sistemas fechados e autopoiéticos. Esses sistemas são formados por comunicação, cada sistema tem seu código binário próprio; no caso do sistema político é situação/oposição. O sistema utiliza seu código binário para interpretar o ambiente. Luhmann não pretendia desenvolver uma teoria específica para um único âmbito social. Ao contrário, ele estudava uma teoria universal.

Na teoria luhmanniana, a política é um sistema de comunicação operacionalmente fechado, autorreferente e autopoietico. O sistema político, bem como os sistemas do direito, da ciência, da economia, da arte e da religião produzem operações sociais específicas, operações essas que promovem sua diferenciação social. A especificidade do sistema político está no tipo de comunicação que ele produz, o seja, a comunicação do poder. (SIMIONI, 2008, p. 120).

Ao estudar o sistema político a partir da perspectiva da teoria dos sistemas de Luhmann, é necessário distinguir os conceitos de política, poder, força e Estado. Muitas vezes eles são utilizados como sinônimos, mas para Luhmann são distintos e bem definidos. A força é um dos recursos do poder, o poder tem outros recursos, sendo a força apenas um desses recursos. O poder é o meio de comunicação da política, sendo ele a unidade de uma diferença específica que constitui a referência das operações políticas. (SIMIONI, 2008, p. 120) O Estado é o sistema de organização do poder político, é um símbolo que representa as organizações que atualizam o primado funcional do sistema político da sociedade. Já a política é o sistema que produz e reproduz, internamente, todas essas operações. (SIMIONI, 2009, p. 329).

O sistema político opera segundo a diferença entre governo (situação) e oposição, sendo essa diferenciação que constitui a unidade operativa da autopoiese desse sistema (LUHMANN, 1994, p. 57). A política opera tendo como referência a diferença entre governo e oposição. Essa diferença entre governo e oposição é irreduzível. Assim, no âmbito da comunicação política, o poder é organizado na diferença entre poder do governo, e poder da oposição (SIMIONI, 2008, p. 122).

A partir da dicotomia comunicativa (governo/oposição), o sistema político pode distribuir alternativas de decisão entre o governo e a oposição, em que as decisões políticas coletivamente vinculantes são tomadas pelo governo, ao passo que as ideias sobre alternativas possíveis de decisão passam a ser consideradas pela oposição (LUHMANN, 2005, p. 487). Assim, o governo decide e a oposição serve como referência reflexiva sobre essa decisão, mostrando outras possibilidades que o governo poderia tomar, possibilitando refletir sobre a decisão tomada pelo governo. A oposição, ao contrário do que acredita o senso comum, não deve se opor a toda decisão tomada pelo governo, ela deve mostrar as alternativas que não

foram tomadas com o intuito de gerar reflexão sobre a decisão tomada pelo governo.

Através do meio de comunicação do poder, o sistema político tem uma seletividade especificamente política na construção social da realidade. Baseando na comunicação do poder, o mundo se divide entre cumprimento e descumprimento de pretensões do poder, ou, como Luhmann define, poder/não-poder. A partir dessa diferenciação, todos os outros sentidos possíveis não são considerados como realidade. Os outros sentidos ficam alocados no ambiente do sistema político, que só pode reagir mediante operações próprias, isto é, mediante mais atos de poder (SIMIONI, 2008, p. 122). Quando o sistema político reage a um ruído gerado no ambiente, ele utiliza a comunicação do poder para interpretá-lo, incorporando-o ao sistema (interpretando-o), diminuindo a complexidade do ambiente e aumentando sua própria complexidade.

A partir do código do poder, todos os demais sentidos são atribuídos ao ambiente. Por conta dessa seletividade, a política cria um isolamento operacional, que permite seu desenvolvimento com autonomia em relação aos demais sistemas sociais. (SIMIONI, 2008, p. 122).

Assim, a política conquista a autopoiese. Conquistando a possibilidade de produzir operações de poder baseadas nas operações de poder imediatamente precedentes. Uma auto-referência operativa como essa exige uma abertura para as operações do ambiente, a qual se estabelece por meio de programas políticos, como aqueles que vão dos programas políticos do Estado de Bem-Estar Social até os planos de gestão estratégica das organizações empresariais. (SIMIONI, 2008, p. 122).

Na Idade Média (sociedade estratificada), a política operava em um esquema bidimensional, organizado em dois valores hierárquicos (em cima e embaixo). O código político dessa época era mando/obediência. Mando era a relação de cima para baixo, enquanto obediência é a relação de baixo para cima. A passagem da Idade Média para a modernidade – da sociedade estratificada para a sociedade funcional – produziu transformações significativas no sistema político. Com a modernidade, os valores em cima e embaixo não são mais os únicos valores, a diferenciação

funcional introduziu um novo valor, formando uma tríplice diferenciação entre política, administração e público. A partir de então somente no interior de cada uma das distinções a política manteve o código hierárquico “mando/obediência”. (SIMIONI, 2008, p. 122-123).

A reestruturação – Idade Média para a modernidade – do sistema político ocorreu de modo gradual. Iniciou com a divisão do Estado, posteriormente houve a separação dos poderes nos moldes do iluminismo burguês. Essa separação de poderes possibilitou a democratização do sistema político, fato que introduziu uma nova referência politicamente relevante: a opinião pública. “A opinião pública passou a se tornar uma referência relevante não só porque influencia as decisões política do Estado, mas também porque participa dessas decisões, comandando inclusive o resultado das eleições” (SIMIONI, 2008, p. 123). Essa opinião pública não mais pode ser desprezada pela política do Estado. Isso porque a agenda do Estado não é mais preenchida apenas pelo chefe do governo, a opinião pública tem de ser levada em consideração. Com a diferenciação entre o Estado e a opinião pública, surgem no século XIX organizações para fazer a mediação entre eles: os partidos políticos. Os partidos políticos surgiram como formas de acoplamento estrutural entre a opinião pública e o Estado. Com isso, o Estado não mais pode ser entendido em seu sentido tradicional de sistema político (SIMIONI, 2008, p. 123).

Com a reestruturação da política, o Estado não mais é visto como sendo o sistema político, ele se torna uma organização dentro do sistema político, constituindo uma forma de organização do poder político – tornando-se administração. O Estado, a partir de então, torna-se o centro de mediação entre a política e a opinião pública. “Assim, o Estado deixa de ‘fazer política’ no sentido tradicional e passa a orientar-se a seus ambientes criados em seu próprio interior: a opinião pública e a política” (SIMIONI, 2008, p. 123-124). Sendo necessário orientar-se ao mesmo tempo segundo a comunicação política, de um lado, e a opinião pública, de outro, possibilitando ao Estado enxergar os problemas que são publicamente relevantes, para tratá-los como problemas políticos (SIMIONI, 2008, p. 123-124).

Os partidos políticos foram criados para possibilitar a mediação entre a opinião pública e a política, facilitando a tomada de decisão da administração. Mas para tanto, cada partido político deve se posicionar perante a opinião pública e perante o governo, sendo que deve tomar partido de

uma parcela da população e escolher ser governo ou oposição. A escolha entre governo ou oposição pode variar e depende da decisão tomada pelo governo, se o partido político concordar com a decisão será governo, se não, tornará oposição e trará para a discussão outras possibilidades que gerarão uma reflexão sobre a decisão tomada.

2. O PROBLEMA DA REPRESENTATIVIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Luhmann explica que os partidos políticos surgiram como acoplamento estrutural entre a opinião pública e o Estado no século XIX. Com o intermédio dos partidos políticos, o Estado pode interpretar de forma política o que almeja a opinião pública. Os partidos políticos ganharam uma importância ímpar na democracia moderna (democracia representativa), pois são eles que representam a população. Cada partido representa uma parcela da opinião pública (população). Cada partido político tem que tomar partido da parcela populacional a qual representa.

No entanto, não é o que se verifica no Brasil. Vale lembrar que os partidos tomaram forma no Brasil ainda no tempo do Império e dessa época já se dizia sobre os dois partidos mais importantes, que “não há nada mais conservador do que um liberal no poder, não há nada mais liberal do que um conservador na oposição”. Um dado interessante do período é que a Monarquia permitia a existência de um Partido Republicano, cuja plataforma ia justamente em sentido inverso à forma de governo existente. Com o golpe que deu origem à República, uma das primeiras ações foi a de cassar os partidos políticos de nível nacional. Apenas depois eles vão ser permitidos; no entanto, partidos, como o Comunista, passarão a ficar maior parte do século XX na clandestinidade. Durante os longos períodos de ditadura, partidos foram extintos ou controlados de perto. Assim, chegamos ao regime constitucional de 1988 que colocou o pluralismo político (que se traduz no pluralismo partidário) como um princípio fundamental. De fato, a partir daí o número de partidos aumentou – sem que isso signifique um pluralismo real de diferentes ideologias. É importante desde já, no entanto, lembrar que a *herança* autoritária cobra seu preço: em nossa história republicana os partidos (e o Parlamento) quase sempre tiveram pouca oportunidade de se desenvolver, de criar grandes debates sobre as questões nacionais.

O Brasil está passando por uma “crise” de representatividade com relação aos partidos políticos; em um país que adota a democracia representativa isso é problemático. A população não se sente representada pelos políticos eleitos, nem pelos partidos políticos. Isso afasta a população da política, fazendo com que ela desconheça o que é política e como ela funciona, e leva os populares a pensarem que todas as pessoas que se envolvem com política são iguais.

Os partidos políticos no Brasil “não tomam partido”, o que os distanciam da sua função básica – que é a de funcionar como acoplamento estrutural entre as opiniões públicas diferentes e o Estado –, fazendo com que o distanciamento da população com os partidos aumente. Os partidos em geral não possuem uma base ideológica, adotando fórmulas genéricas como educação, saúde, moradia, trabalho e renda para tentarem demonstrar que serão bons representantes. Essas formas genéricas inviabilizam a distinção entre o partido A e o partido B, impossibilitando ao eleitor distinguir qual proposta é melhor, ou ao menos, diferente uma da outra (BAHIA, 2012, p. 108).

O distanciamento da população fez com que a quantidade de pessoas dispostas a participar e se filiar em partidos políticos diminuísse no Brasil. (BAQUEIRO e VASCONCELOS, 2013, p. 4). Esse distanciamento teve outros efeitos, como a perda do monopólio da representação política para as Organizações Não Governamentais (ONGs) e para as Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Tanto as ONGs quanto as OSCs estão fazendo a mediação política entre a sociedade e o Estado, procurando resolver os problemas que afligem a sociedade, ou parte dela. (BAQUEIRO e VASCONCELOS, 2013, p. 9). Para tanto, essas organizações utilizam-se de meios políticos, através de reuniões com congressistas, ou por meios jurídicos, impetrando ações judiciais. Esses atos deveriam ser tomados pelos partidos, que não abrem a possibilidade para que outras organizações os substituam.

O pluripartidarismo haurido com a Constituição de 1988 não garantiu a representação parlamentar de concepções de “vida boa”. A existência de visões partidárias distintas, podendo até serem antagônicas, possibilitaria que houvesse “escolhas sociais”, que formariam maiorias parlamentares, que legitimaria as decisões da maioria e minorias parlamentares, que seguiriam de perto as decisões da maioria, esperando que no jogo

democrático cíclico tenham chance de se tornarem maioria em eleições futuras (BAHIA, 2012, p. 108). Essa dualidade entre maioria e minoria, explicada por Bahia, é semelhante à concepção de governo e oposição, ensinada por Luhmann. A maioria seria o governo e a minoria a oposição, sendo ambos importantes para o sistema político: um governo sem oposição não é democrático, é a oposição que permite haver uma reflexão sobre as decisões tomadas pelo governo. O “jogo democrático político”, como chama Bahia, é cíclico, um dia a minoria (oposição) pode se tornar maioria (situação), mas isso só ocorrerá se houver um trabalho de representatividade sério. Se todos os partidos políticos parecerem iguais, como ocorre no Brasil, sem uma oposição séria que gere reflexões e sem partidos que realmente tomem partido de uma parcela populacional, não faz diferença em quem é situação ou oposição, pois isso não influenciará diretamente na sociedade.

Norberto Bobbio (2010, p. 27-28), estudando o sistema político italiano, explica que para não se indispor com nenhuma parcela da sociedade, os partidos italianos tornaram-se todos centristas, evitando a todo custo os temas fraturantes, levando a população a crer que “são todos iguais”. No Brasil, verifica-se o mesmo problema, o Legislativo se mantém refratário aos temas polêmicos e fraturantes. O Legislativo brasileiro não incorporou seu papel na democracia, ele deve ser a “caixa de ressonância” da sociedade, deve tomar partido, não pode ser neutro, tem de ser protagonista quando tratar de questões que afligem a sociedade, não mero espectador (BAHIA, 2012, p. 108).

Alguns partidos políticos no Brasil até nascem com uma ideologia e possuem (ainda) alguma “militância” ativa. Contudo, pecam no momento pré-eleitoral, momento em que deveriam fazer convenções entre os filiados do partido, para discutirem a lista de candidatos e as propostas sobre os temas que interessam a sociedade, dos temas “banais” aos “fraturantes”. Nessas convenções deveriam sair as propostas e os candidatos que teriam sido discutidos e escolhidos de forma democrática (BAHIA, 2012, p. 108). Mas o que se verifica é que os ditos “caciques” dos partidos, ou seja, a cúpula, decidem tudo isso sem a participação dos filiados, eles, assim como a população em geral, são apenas “informados” das decisões tomadas. Sendo essa prática recorrente em praticamente todos os partidos, coloca-os em uma “vala comum”, em que dificilmente são diferenciados

uns dos outros. Os que ainda apresentam algum tipo de ideologia com o passar do tempo tendem a perdê-la, esse tem sido um fenômeno notório nos partidos brasileiros.

Outro problema notado é que com a desilusão decorrente da deficiência dos partidos, o cidadão escolhe o candidato que votará mais pela pessoa do que pela instituição-partidária à qual ele pertence (BAQUERO e VASCONCELOS, 2013, p. 4). Isso dificulta uma unidade partidária, dificultando a consolidação da ideologia partidária. Por outro lado, facilita a criação de “caciques” do partido, que são os filiados com mais influência política, podendo consegui-la de diversas maneiras, até mesmo através do voto popular; possibilita também que sejam colocados como candidatos “personalidades” de TV, esportes, etc., que atrairão votos essenciais em pleitos de sistema proporcional. Uma solução viável para tais problemas é o voto em lista, em que o partido disponibiliza uma lista de candidatos, em ordem definida por convenções partidárias, e com os cidadãos votando no partido e não no candidato. Assim, se o partido se desviar da ideologia ou de suas propostas na eleição posterior, os eleitores poderão votar em um partido que mais os representaram, o que facilitaria a fiscalização da atuação partidária pelos eleitores, além de fortalecer os partidos. Esse tipo de voto é de difícil implementação no Brasil. Primeiro, pelo fato de que os caciques teriam de aceitar abrir mão de seu poder. Segundo, a sociedade brasileira em geral está acostumada com a personificação de seu voto, não compreendendo como funcionaria tal modelo de votação, entre outros motivos.³

A população brasileira não compreende o funcionamento do pleito eleitoral. Eles pensam que simplesmente votam no candidato, sendo irrelevante o partido a que ele pertença. Mas o pleito eleitoral brasileiro é mais complexo que isso, quando o eleitor vota, ele está votando no partido, mesmo que ele tenha votado em um candidato e não em uma sigla. Isso porque primeiramente são atribuídos os votos que cada partido obtive, posteriormente é calculado quantas cadeiras cada partido conquistou através do coeficiente eleitoral. Somente depois de se ter essa definição que os votos diretos para os candidatos se diferenciam, eles servirão para definir qual candidato representará seu partido no legislativo. Por esse motivo, os candidatos eleitos não necessariamente serão os que obtiveram mais votos no pleito eleitoral, pois se obtiver menos voto, mas seu partido

conseguiu representatividade suficiente para elegê-lo, ele será eleito, ao passo que um candidato com mais votos que seu partido não tenha garantido representatividade suficiente não se elegerá. Por isso que em sistemas proporcionais o mandato pertence ao partido e não ao político que ocupa o cargo (BAHIA e NUNES, 2010^a, p. 69).

Outro problema que aflige os partidos e que aumenta a ideia de que os partidos não representam ninguém é a coligação partidária, problema esse criado pelo próprio partido. Para manter ou chegar ao poder, os partidos fazem coligações, mas atualmente no Brasil estão havendo coligações enormes. O governo proveniente de tais coligações é chamado de governo de “coalisão”. O problema é que nessas coligações há partidos com ideologias distintas e até antagônicas, reafirmando para a população que todos os partidos são iguais. As coligações enfraquecem ainda mais a representatividade, e, conseqüentemente, enfraquecem a democracia (BOBBIO, 2010, p. 37). Outro problema é que tais coalizações com tantos partidos são efêmeras porque são artificiais: são feitas no momento da pré-eleição, mas não necessariamente se mantêm após o pleito. Com isso, o “governo” precisará manter constantes negociações para receber apoio a projetos: a cada novo projeto, novas negociações, que envolvem desde cessão de Ministérios e empresas públicas até eventos que mais recentemente se tornaram visíveis, como o chamado “mensalão”.

Bobbio defende que em uma democracia o pluripartidarismo é nocivo, aliás, ele acredita que o pluripartidarismo inviabiliza a democracia. Para ele, o bipartidarismo deveria ser instituído e só assim a democracia representativa seria realmente implementada. Isso porque na Itália estava ocorrendo uma centralização, em que todos os partidos migraram para o centrismo político não sendo nem de esquerda nem de direita, sendo difícil diferenciá-los. Bobbio acredita que deve haver uma situação e uma oposição bem definidas e que isso só será conquistado diminuindo o número de partidos (BOBBIO, 2010, p. 37). Bobbio, assim como Luhmann, explica a importância da definição clara de oposição e situação, mostrando que é importante a existência dessas duas figuras bem definidas. Tendo essa definição clara, a sociedade conseguirá sentir-se representada. Não é intuito discutir se o pluripartidarismo é ou não ruim, apenas mostrar esse posicionamento do autor, pois esse posicionamento é, como ele mesmo define, contra majoritário e impopular.

Com a definição de quem faz parte do governo e quem faz parte da oposição, o cidadão pode fazer seu julgamento, votando nas eleições posteriores em quem ele acredita representá-lo. As eleições trazem complexidade para o sistema político, por isso elas são o foco deste trabalho. No próximo título, entenderemos como funcionam as eleições para o sistema político.

3. SISTEMA ELEITORAL

A eleição é fundamental para o sistema político, pois é através dela que são escolhidos os governantes. É através das eleições que se define quem detém a maioria (situação) e quem representa a minoria (oposição). “[...] a eleição política trata-se dum método de recrutamento para os cargos públicos, sobretudo para a ocupação do parlamento.” (LUHMANN, 1980, p. 131). As eleições trazem complexidade ao sistema político, uma vez que é impossível prever seu resultado.

Ao estudar o sistema eleitoral logo vem a pergunta “por que é assim e não de outra forma?”, essa pergunta é respondida por Luhmann. Ele explica que normalmente são fixados valores, com a tese de que só é “democrática” uma eleição que respeite certos princípios, e que apenas uma eleição democrática legitima a soberania. Desta maneira, os comunicados oficiais podem ser coordenados em direção a uma unanimidade nítida. Esse modelo de comunicação é insatisfatório uma vez que não transmite qualquer relação com outras possibilidades de funcionamento equivalente, impossibilitando qualquer tipo de comparação entre os sistemas, tendendo a revestir as diferenças com a forma categórica da fixação de valores. A teoria dos sistemas não admite essa saída, por oferecer recursos que possibilitam outras saídas. (LUHMANN, 1980, p. 131-132).

As sociedades primitivas conferiam papéis políticos e direitos de decisão, em sua maioria das vezes, utilizando critérios atributivos, ou seja, através de ligações com outros papéis já exercidos pela pessoa. Assegurando, assim, que automaticamente os mais velhos, os chefes de uma determinada linha principal, os primogênitos de uma determinada família, os proprietários rurais ou urbanos, ou quaisquer outros, representassem as funções político-administrativas. Essa forma de atribuição de papéis revela um pequeno grau de diferenciação do sistema político com seu ambiente, sendo que sua estabilidade é alcançada através da integração

da sociedade, por meio de apoio e ligação a outros papéis sociais dos decisores, ficando, o governante, imobilizado politicamente, uma vez que ele tem de agir de acordo com seu status, status esse que o colocou na posição de governante. O progresso social ocorre na medida em que a diferenciação de um sistema cresce. O sistema político possibilitou o crescimento dessa diferenciação a partir da distanciação do alistamento atributivo (papéis não políticos definem os governantes), passando para um alistamento orientado pela aptidão ou capacidade (não mais inerente aos papéis sociais desempenhados pela pessoa). Com o afastamento da forma de escolha do governante, a sociedade percebe a certeza baseada nela. Adquire mobilidade, tendo alternativas para o desempenho dos papéis. A partir disso, os papéis sociais não mais são preponderantes na escolha dos governantes, mesmo que ainda possa ser considerado relevante, não é o único aspecto levado em consideração no momento da escolha dele. Somente com essas condições de mobilidade é que fará sentido contrapor o governante com papéis especificamente políticos do público, como, por exemplo, o do eleitor. (LUHMANN, 1980, p. 132-133). Atualmente, a escolha dos governantes é efetuada através de eleições periódicas, ainda que os aspectos sociais influenciem parte dos eleitores, esse não são ainda os únicos aspectos utilizados, o que pode ocasionar uma possibilidade de mobilidade governamental, tanto nas suas decisões como em sua composição.

Para haver eleições políticas livres é necessário respeitar três princípios, sendo eles: “[...] (1) mediante a universalidade do acesso ao papel de eleitor para toda a população (excetuando as restrições de base funcional para menores, incapacitados, criminosos), (2) através da igualdade de peso dos votos e (3) mediante o segredo da votação.” (LUHMANN, 1980, p. 134). Esses princípios são facilmente reconhecidos no Brasil, possibilitando dizer que as eleições brasileiras são livres, já que seguem o princípio do sufrágio universal, votação secreta e a igualdade de valor entre os votos. Na base desses princípios há a individualização do papel do eleitor no sistema político.

A igualdade no trato dos votos não deriva do pensamento em que todos são iguais, menos ainda de que todos devem ser tratados igualmente, mas sim de um princípio de indiferença e de especificação dos motivos. A atuação dos eleitores independe dos papéis sociais, mostrando que

há uma forte diferenciação entre os sistemas, não sendo necessário que o eleitor justifique seu voto em outros, ou para outros contextos sociais, uma vez que o voto é secreto. “O contexto político de decisão consegue, desta forma, uma certa autonomia e indiferença perante outros âmbitos da sociedade” (LUHMANN, 1980, p. 133). Isso significa uma variabilidade determinada independente do sistema político em relação aos demais âmbitos sociais. A política não é isolada dentro de si própria, mas isso não significa que alterações ocorridas em outros sistemas sociais, como no sistema econômico, automaticamente terão efeitos no sistema político. Quando muito, criam problemas (ruídos) sobre os quais a política pode decidir de acordo com seus próprios critérios. (LUHMANN, 1980, p. 134-135).

A institucionalização da eleição como um processo legal possibilita a produção de oposição, prevendo soluções para possíveis conflitos. Com a criação do sistema eleitoral, possibilita-se a criação de novas fontes de motivos, enquanto as “eleições” unitárias, não-conflituosas, servem como um cerimonial de adesão, por depender de uma motivação já assegurada anteriormente. Em eleições em que há abertura de alternativas, cada candidato fará sua campanha baseando-se em promessas de ações futuras. Com essas promessas, o eleitor diferencia cada candidato. O mais importante nas eleições é que seu resultado só tem importância provisória, pois ela é repetida periodicamente. Assim, os derrotados não perdem suas esperanças, mas sim as adiam até o próximo pleito. (LUHMANN, 1980, p. 135).

A criação e conservação de uma complexidade indecisa e contraditória, como a eleição, é uma realidade social extremamente difícil, uma vez que os sistemas sociais, tal como os sistemas psíquicos, tendem a reduzir as incertezas de forma imediata, pois não enxergam as vantagens a longo prazo de uma complexidade elevada. Por esse motivo, não deve ser nutrida a ilusão de que esse problema só pode ser resolvido com a admissão do pluripartidarismo e de listas concorrentes. Mesmo a concorrência para uma mesma coisa gera assimilação e não diferenciação entre os concorrentes, igualando as estratégias e as obrigações programadas (LUHMANN, 1980, p. 135). Voltando a Bobbio, quando ele conclui que deve haver somente dois partidos para que a democracia seja efetivada, ele utiliza raciocínio parecido. Ele vislumbra que os partidos italianos

se tornaram todos centristas com o passar do tempo, sendo impossível distinguir as diferenças entre eles. No Brasil, Bahia verificou o mesmo problema, não há como identificar as diferenças entre os partidos. Para Luhmann, os problemas apontados pelos estudiosos – Bobbio e Bahia – decorrem pelo fato da eleição trazer incerteza ao sistema, mas o sistema age de forma a neutralizar essa incerteza. Como o sistema político atua com o código situação/oposição, se houver apenas dois partidos cada um realizará uma dessas funções, podendo definir facilmente qual partido é situação e qual é oposição, não sendo possível haver delegação de função para um terceiro. Com o pluralismo partidário, a oposição se dilui pelos partidos, assim como a situação, não sendo fácil distinguir qual é situação e qual é oposição, possibilitando esse centralismo explicado por Bobbio.⁴ “Nos sistemas pluripartidários encontra-se, por vezes, que o mecanismo eleitoral de forma alguma absorve os conflitos e o êxito eleitoral fica, praticamente, sem consequências, pois nem as pessoas, nem os programas, nem os partidos se podem diferenciar.” (LUHMANN, 1980, p. 135). No pluripartidarismo, o processo legal pode até gerar incerteza, mas ela permanece em primeiro plano, como a dramaticidade artificial de um acontecimento desportivo (LUHMANN, 1980, p. 135).

O processo eleitoral não serve para decidir os conflitos básicos através do “próprio povo”, mas sim para inserir esses conflitos no sistema político, ao invés de deixá-los de fora. Ele é o primeiro grau de um processo escalonado de absorção dos conflitos. Quando os conflitos são absorvidos pelo sistema político, o sistema lida com ele a partir de seu código próprio.

A eleição não é uma forma de solução de problemas, pois se restringe à entrega dos votos a um político ou a uma lista. Essa entrega de votos é a concretização do apoio político. O eleitor tem duas possibilidades de atuar no sistema político: mediante o voto, que tem uma influência garantida, mesmo que mínima, sendo impossível ampliar essa influência, e mediante contato pessoal e intervenção, que pode ocorrer através de petições, consórcios de interesses, demonstrações, etc. Essa segunda forma de atuação possibilita a ampliação de sua influência, mas, mesmo assim, a decisão é deixada aos outros. O político tem que decidir de acordo com os eleitores que o apoiaram politicamente, e por esse motivo ele fica parcialmente imobilizado, uma vez que se ele não agradar seus apoiadores, não vencerá novamente o pleito eleitoral. O efeito mais importante levado ao siste-

ma político pelo processo eleitoral é a transmissão psíquica da decisão do eleitor. Assim, neutraliza-se a influência das estruturas sociais sobre o sistema político ou ao menos as dispersa (LUHMANN, 1980, p. 137-139).

A eleição ao ser repetida periodicamente se converte em um processo em que o sistema político se pode orientar “pela sua própria história”. “É precisamente a situação supercomplicada e confusa da eleição que sugere ao eleitor a satisfação da sua necessidade de estrutura através da história (e não através do planejamento) a utilizar, portanto a história criada para redução de complexidade do próprio sistema” (LUHMANN, 1980, p. 139-140). Assim, a eleição se torna um mecanismo por meio do qual o sistema político se auto-sanciona e a decisão político-administrativa do passado é confirmada ou rejeitada. Se há uma reeleição, as decisões foram confirmadas, se a reeleição não é conquistada, elas foram rejeitadas pelos eleitores (LUHMANN, 1980, p. 139-140).

Mas o comportamento do eleitor não para de ser influenciado, pois a história não determina o futuro. A causalidade da decisão do eleitor também pode ser reduzida pela atividade dos políticos, que tentando influenciar os eleitores, vinculam críticas e promessas, orientações históricas e planejamento. Esse tipo de atuação traz risco ao sistema, como o perigo da perda de complexidade, do retrocesso para formas drasticamente simplificadas de manejo de experiências e do comportamento, por classificação exclusivista podendo chegar até a luta aberta. A distribuição de complexidade no sistema é uma forma de reagir contra esses perigos (LUHMANN, 1980, p. 141).

Isso acontece na medida em que as situações de decisão se diferenciam de acordo com os papéis mediante objetivos distintos, premissas distintas e possibilidades em aberto que se estruturam e se ligam, que permanecem para todos como a continuação das condições de decisão do sistema (LUHMANN, 1980, p. 141).

O comportamento do eleitor não depende do fato de o votado ocupar o cargo e poder influenciar as decisões. A contra-reação já é satisfatória e o número de votos tem um valor expressivo sendo digno de atenção, sendo um sintoma de alteração da vontade eleitoral no sistema político

(LUHMANN, 1980, p. 141).

O processo eleitoral não serve para selecionar os melhores representantes do povo para os cargos políticos, mas sim contribui para a diferenciação do sistema político, ao trazer uma situação crítica, o que proporciona uma complexidade elevada e uma indeterminação estrutural, e, sobretudo, uma impossibilidade de cálculo da situação decisiva como estímulo para a construção interna do sistema e eliminação de alternativas, possibilitando ao sistema político se adaptar às necessidades de flutuação rápida da sociedade. Obriga o indivíduo a eliminar um grande número de motivos possíveis de decisão, descongestionando o sistema político do compromisso direto com os outros papéis sociais, servindo também para a absolvição dos protestos da sociedade. “O resultado é uma extraordinária autonomia, altamente operacional, do sistema político” (LUHMANN, 1980, p. 142-143).

Luhmann, então, explica que o sistema eleitoral traz a possibilidade de o sistema político incorporar as necessidades da sociedade, trazendo complexidade e incerteza no sistema político. O processo eleitoral não serve para legitimar os melhores políticos no poder, mas sim para os políticos levarem os protestos da sociedade para a política. Através da eleição, o eleitor controla a atuação dos políticos, confirmando ou não as decisões tomadas por eles, limitando a atuação dos mesmos. A eleição é uma forma de o cidadão influenciar, mesmo que minimamente, as decisões da administração do Estado. Por esse motivo, no próximo título será analisado como se comporta o eleitor. Foi escolhido para o estudo o eleitor da cidade de Divinópolis, que fica no estado de Minas Gerais e será analisado o resultado das eleições ocorridas nos anos de 1996, 2000, 2004, 2008 e 2012, para o cargo de vereador. Foi escolhido o cargo de vereador por ser o legislativo a “caixa de ressonância” da sociedade, onde ela ganha voz. Foi verificado o comportamento dos eleitores perante os partidos políticos, para verificar se os partidos e/ou os políticos estão conseguindo a confirmação de suas decisões pelos eleitores. Será estudado as eleições municipais, pois são “nos municípios, as teorias ganham concretude” (MAGALHÃES, 2006, p. 39).

4. ELEIÇÕES MUNICIPAIS: COMPORTAMENTO DO ELEITORADO; CONFIRMAÇÃO OU NÃO DAS ATUAÇÕES POLÍTICAS

Foram feitas as seguintes análises⁵ sobre os resultados das eleições municipais de Divinópolis, Minas Gerais: primeiro foi verificada a porcentagem de vereadores que cada partido elegeu. Posteriormente, a partir da eleição do ano de 2000, foi verificada a porcentagem de vereadores reeleitos, o que para Luhmann significa a confirmação de suas decisões pelos eleitores, e, por último, foi verificada qual a porcentagem desses vereadores reeleitos que trocaram de partido entre uma eleição e outra, para visualizar se os candidatos realmente se filiam a partidos políticos por ideologia ou por propiciarem possibilidades de vitória no pleito. Há vários motivos para a troca de partido, nem sempre essa troca é por motivos escusos ou por ausência de compatibilidade ideológica, mas como não é possível verificar os motivos da troca dos partidos vamos trabalhar apenas com os números, não com os motivos da troca partidária.

No ano de 1996, o PMDB foi o partido com mais vereadores eleitos, 26%, sendo seguido por PTB, 16%, PSDB, 11%, PFL, 11%, PSB, 11%, PPB, 11%, PDT 11%, e PT com 5%. Nas eleições de 2000, os partidos mais votados foram o PMDB e o PSDB, ambos com 16%, o PRTB, PDT, PSB e PFL elegeram 11% cada, já o PPS, PAN, PTB, PT e PP elegeram 5% cada. Nesse primeiro comparativo, nota-se que o PSDB aumentou sua participação na câmara de vereadores, enquanto o PDT, PSB, PFL e PT permaneceram com a mesma porcentagem. O PMDB e o PTB diminuíram sua representatividade, o PRTB, PPS, PP e PAN não tinham representantes e conseguiram eleger vereadores, ao contrário do PPB que perdeu todos os seus representantes. Isso mostra que o PSDB foi o partido que mais confirmou suas decisões, por ser o único que aumentou a representatividade. Entre essas eleições houve 42,10% de reeleição, sendo que 12,50% dos reeleitos se candidataram por outros partidos.

Nas eleições de 2004, o PMDB, PSDB, PDT, PL, PTB foram os partidos que mais tiveram representantes 15%, enquanto PAN e PT conquistaram 8%. Comparando com a eleição de 2000, o PDT, PTB, PAN e PT aumentaram sua representatividade, enquanto o PL conquistou alguma representatividade uma vez que ele não tinha nenhum vereador eleito na composição da câmara municipal anterior, ao contrário do PRTB, PSB, PFL, PPS e PP que perderam sua representatividade, já o PSDB e o PMDB tiveram sua representatividade diminuída. A taxa de reeleição entre esses pleitos eleitorais foi de 36,84%, sendo que 42,86% dos reeleitos trocaram

de partido entre as duas eleições.

No pleito eleitoral do ano de 2008, o PMDB, PRTB, PSDB e PR conquistaram 15%, enquanto o DEM, PRB, PT do B, PV e PDT conseguiram 8%. O PMDB, PSDB e PDT mantiveram sua representatividade, o PRTB, PR, DEM, PRB, PV e PT do B conseguiram eleger representantes, no pleito anterior eles não elegeram nenhum representante, já o PL, PTB, PAN e PT não conquistaram nenhuma cadeira no legislativo municipal, perdendo sua representatividade. Da eleição de 2004 para a de 2008 foram reeleitos 41,66% dos vereadores, onde 100% deles trocaram de partido de uma eleição para a outra.

Nas eleições de 2012 o PMDB, PSDB, PSD, PP, PHS e PSL conseguiram 11,66% das cadeiras do legislativo, enquanto o PRTB, PSL, PSC, PT, PR e o PDT conquistaram 6%. O PMDB, PSDB, PRTB, PR e o PDT perderam representatividade enquanto o PSD, PP, PHS, PSL, PSC e PT, conquistaram representatividade no legislativo, ao contrário da eleição anterior que não elegeram nenhum candidato, já o DEM, PRB, PT do B e PV perderam todas as suas vagas parlamentares. Nessa eleição foram reeleitos 13% dos vereadores sendo que 25% deles trocaram de partido de uma eleição para outra.

O primeiro fato que se verifica nesse comparativo é que em nenhuma eleição houve uma reeleição maior que 42,10%, ou seja, nem metade dos vereadores conseguiu se reeleger, nessa mesma eleição 12,50% dos reeleitos trocaram de partido, a menor porcentagem de troca partidária entre os reeleitos, chegando, nas eleições do ano de 2008, a 100% dos reeleitos terem trocado de partido. Se a eleição é a confirmação das decisões tomadas durante o mandato, isso mostra que a população divinopolitana não está satisfeita com as decisões tomadas pelos vereadores. A incerteza e a complexidade trazidas pela eleição no caso divinopolitano são notórias, uma vez que em nenhuma das eleições comparadas a composição foi a mesma. Segundo a teoria luhmanianna, quando o partido perde porcentagem de políticos eleitos, significa que o eleitorado não aprovou suas decisões. Mas no caso divinopolitano, verifica-se que isso não é necessariamente verdade, uma vez que a população não compreende como funciona o sistema eleitoral, personificando, assim, seu voto. Desta maneira, se o político trocar de partido, os eleitores continuarão votando nele, sem refletir sobre essa troca.

O sentimento do eleitorado de que ele não está sendo devidamente representado se reflete na eleição, uma vez que apenas o PSDB em 2000 conseguiu aumentar de forma significativa sua representatividade, já os partidos que tinham políticos eleitos perderam representatividade. Outro indício desse sentimento de não representatividade é a pequena taxa de reeleição. Na última eleição, ou seja, no ano de 2012, a reeleição não atingiu os 15%, demonstrando a insatisfação dos eleitores com as decisões tomadas por eles.

No Brasil, os eleitores votam no candidato ou no partido e isso enfraquece os partidos. Os candidatos calculam as possibilidades de eleição se estiver no partido A ou B e definem para qual concorrerá. Isso gera desconfiança por parte da população, uma vez que o candidato deveria se filiar a um partido por convicções ideológicas e não por possibilidades eleitorais. Chegando a ter 100% dos políticos reeleitos no ano de 2008 que trocaram de partido em relação a eleição anterior (2004).

Verificando esses números, segundo a teoria luhmanniana, não há dúvidas de que os eleitores não estão confirmando as decisões tomadas pelos políticos. Notoriamente, os políticos não estão conseguindo reagir de forma satisfatória diante dos protestos da sociedade, não satisfazendo os eleitores, e, conseqüentemente, há uma baixa porcentagem de reeleição e uma diminuição da representatividade do partido no legislativo municipal. Diante desse prisma, aparenta-se um certo descomprometimento com a história traçada pelas eleições, que deveria ser analisada com mais cautela.

5. CONCLUSÃO

O sentimento dos eleitores de que eles não estão sendo representados pelos políticos, e menos ainda, pelos partidos políticos, gera uma desconfiança da sociedade sobre o sistema político, além de gerar um distanciamento e um desconhecimento da sociedade com a política, conseqüentemente com os políticos. O sistema eleitoral periódico serve para gerar complexidade para o sistema político e para incorporar as demandas sociais no sistema, para que elas sejam tratadas como demandas política, dentro do sistema político.

Os partidos políticos surgiram como acoplamento estrutural, tendo o intuito de aproximar a opinião pública do Estado. Eles levam as deman-

das da opinião pública para o Estado para que seja interpretado como demandas políticas por ele. Cada partido representa parte da opinião pública, tendo de tomar partido em favor da mesma.

As decisões que vinculam a sociedade são tomadas pelo governo (situação), enquanto a oposição traz para a discussão possibilidades de decisões distintas da tomada pelo governo. Desse modo, a oposição cria a possibilidade de reflexão sobre as decisões tomadas.

O sistema eleitoral serve como forma de confirmação das decisões tomadas pelos políticos. Caso as decisões sejam confirmadas pelos eleitores, os políticos serão reeleitos, se não forem, eles perderão a eleição, o que possibilita verificar a satisfação da população com os políticos a cada eleição, criando um controle exercido pelos eleitores perante os políticos. As eleições criam uma história que deve ser analisada pelo sistema político.

Os baixos índices de reeleição dos vereadores divinopolitanos demonstra que o eleitorado não está confirmando as decisões tomadas pelos políticos. Outro fator que indica essa insatisfação com as decisões tomadas é a variação constante de percentual de representatividade que cada partido político tem na câmara municipal. Outra constatação possível é que os eleitores votam levando mais em consideração a pessoa do candidato que o partido a que ele pertence. Essa afirmação é possível de ser realizada ao verificar que entre os candidatos reeleitos há um percentual de até 100% de mudança de partido entre as eleições, o que mostra também que os candidatos podem estar se filiando a partidos que lhes dão maiores possibilidades de eleição, não pela ideologia partidária. Mesmo com a impossibilidade de determinar os resultados das eleições, a história das mesmas traz uma ideia sobre a possibilidade de resultado, mesmo Luhmann explicando que a história não prevê o resultado futuro, ele pode ser utilizado como base na escolha partidária. Tal situação indica que quando os eleitores não se sentem representados pelos partidos, passa por esse problema de mudança partidária frequente dos políticos. Outro fator que possibilita a troca frequente de partido pelos políticos é o desconhecimento de como funciona o sistema eleitoral por parte dos eleitores, criando, assim, a ilusão de que eles votam no político e que o partido é algo secundário. Essa personificação do voto enfraquece os partidos e possibilita a criação da figura dos “caciques”.

A frequente mudança de composição da câmara de vereadores e a

baixa reeleição demonstram que os eleitores, além de não confirmarem as decisões tomadas pelos políticos, os políticos não refletem sobre a história das eleições, não alterando seus comportamentos para se adequarem às necessidades da sociedade.

O povo sabe o que deseja, e estão, aos poucos, aprendendo o discurso da prática política. Todos os discursos podem ser iguais, mas poucos têm um projeto e uma prática que condiz com as necessidades da sociedade. Os eleitores com menor escolaridade podem não saber ainda a diferença entre a teoria neoliberal e o socialismo, mas sabem o que desejam, tendo de forma clara o que é a “vida boa” para eles (MAGALHÃES, 2006, p. 39).

O eleitorado divinopolitano demonstra, a cada eleição, que está insatisfeito com a classe política do município. E, a cada eleição, a classe política revela que não consegue assimilar as necessidades da sociedade, o que denota que o sistema político municipal de Divinópolis não está conseguindo interpretar de forma efetiva as demandas sociais, nem mesmo os resultados da eleição.

Notas

3 Não será mais aprofundada tal discussão por ela não ser ponto central do artigo, tendo sido trazida apenas para mostrar sua existência.

4 Faz-se necessário esclarecer novamente que o presente artigo não tem o intuito de discutir qual forma é a melhor, o pluripartidarismo ou o bipartidarismo, apenas está sendo mostrado o pensamento sobre os autores (Bobbio e Luhmann) sobre esse tema.

5 A análise foi feita baseada nas informações contidas no site do Tribunal Superior Eleitoral.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. *Fundamentos de teoria da Constituição: a dinâmica constitucional no Estado Democrático de Direito brasileiro*. In FIGUEIREDO, Eduardo Henrique Lopes, MONACO, Gustavo Ferraz de Campos, MAGALHÃES, José Luiz Quadros (coord.). *Constitucionalismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012;

_____; NUNES, Dierle. Crise da democracia representativa – infidelidade partidária e seu reconhecimento judicial. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 100, p. 57 – 83, jan./jun. 2010a, Edição em Homenagem ao Professor Orlando Magalhães Carvalho, Programa de Pós-Graduação da Faculdade UFMG. Disponível em: <<http://www.pos.direito.ufmg.br/rbep/index>>.

php/rbep/article/view/109> Acesso em: 16 Dez. 2013;

BAQUERO, M. e VASCONCELOS, C.. *Crise de representação política, o surgimento da antipolítica e os movimentos antipartidarismo no Brasil*. in CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 5., 2013, Curitiba. *Anais...*Curitiba: COM-POLÍTICA, 2013;

BOBBIO, Norberto. *Qual Democracia?*. São Paulo: Edições Loyola, 2010;

LUHMANN, Niklas. *El derecho de la sociedad*. 2.ed. Tradução de Javier Torres Nafarrate, Brunhil-de Erker, Silva Pappe e Luiz Felipe Segura. Ciudad del México: Helder; Universidade Iberoamericana, 2005;

_____. *Legitimação pelo procedimento*. Trad. de Maria as Conceição Côrte-Real. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980;

_____. *Sociologia como Teoria dos Sistemas Sociais*. in: SANTOS, José Manuel (ORG.). *O pensamento de Niklas Luhmann*. Cavilhã: Universidade da Beira Interior, 2005;

_____. *Teoria política em el Estado de bienestar*. Tradução de Fernando Vallespin. Madrid: Alianza Editorial, 1994;

MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. *O Poder Local no Brasil: a alternativa da democracia participativa*. In MAGALHÃES, José Luiz Quadros de, ROCHA, Carlos Alberto Vasconcelos (Coord.). *O Município e a Construção da Democracia Participativa*. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006;

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Organização do Poder Político: o estado constitucional em Niklas Luhmann. *Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 329-349, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/prisma/article/view/802/846>> Acesso em: 07 nov. 2013;

_____. Poder e autopoiese da política em Niklas Luhmann. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, Pouso Alegre, v. 27, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.fdsu.edu.br/site/posgraduacao/volume27/08.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2013.